

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

Emitente: Controle Geral do Município - CGM

Gestor responsável: Alberone Neri de Oliveira Lima

Exercício: 2024

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, combinado com o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, bem como o disposto no artigo 147 e incisos da Lei Complementar 464/2012 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte) esse órgão de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente:

I - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

II - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste relatório, os procedimentos foram realizados por amostragem, utilizando-se técnicas de auditoria governamental aplicáveis a cada caso.

A seguir apresentamos os procedimentos adotados, seguidos das constatações, proposições sugeridas e justificativas do gestor, emitindo, ao final, nosso parecer.

1. Análise de regularidade / legalidade

1.1. Auditorias realizadas

Objetivando subsidiar a emissão do parecer final sobre as contas ora avaliadas, realizamos procedimentos de auditoria, seguindo o manual de procedimentos desta unidade de controle.

Na tabela a seguir, apresentamos os processos / setores que foram objeto de auditoria:

Tabela 01 - Processo / Setor auditado

Processo ou setor	Objeto	Constatações
Comissão Permanente de Licitação – CPL	Verificar e Analisar tanto a legalidade como a legitimidade e economicidade dos Processos Licitatórios, diante das normalidades exigidas.	Com vista na legalidade, na legitimidade e a economicidade, verifica e analisa as normas estabelecidas como também as exigidas neste setor, dentro desses pilares, buscando manter o equilíbrio com relação ao custo-benefício com base na legislação em vigência.
Administração	Verificar o confronto do pessoal na folha de pagamento com o real efetivo na gestão.	Na Averiguação dos Recursos Humanos e Administrativos, procura sempre repassar da forma mais clara e objetiva o que é de

		direito, assim tornando proveitoso tanto para o servidor como também para a Administração e cumprindo com as exigências do e-social, se adequando a nova forma de integração das informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas.
Financeiro	Verificar os recursos financeiros se estão sendo realizados de acordo com as normas e princípios da Administração Pública.	Com base nos repasses financeiros e e na legislação vigente busca-se sempre manter o efetivo controle dentro das normas estabelecidas, mediante fundo a fundo.
Contábil	Averiguar se a contabilidade executa a composição patrimonial.	Com base na averiguação foi detectado que a contabilidade organiza de forma a permitir e organizar o levantamento dos balanços gerais, como também o equilíbrio contábil e as normas da Legislação Vigente dos processos que são realizados diariamente no âmbito da execução orçamentária e financeira e nos prazos que lhes são estabelecidos.
Educação	Fiscalizar e Analisar o cumprimento das normas do plano de carreira, cargos e salários do magistério.	Com base nas Leis Vigentes e nos Parâmetros Nacionais da Educação, a Administração sempre busca manter o equilíbrio das práticas norteadas, bem como a continuidade da contratação de empresa especializada no fornecimento de software de gestão escolar. A Secretaria se preocupa com a continuidade do Programa Banco de Talentos para atuação nas instituições de ensino, onde os servidores se adequam aos planos de trabalhos, assim transmitem com mais prazer e repassam para o alunado.
Tributação	Buscar o acompanhamento de arrecadação dos recursos e sua destinação.	Com base nos recursos hora arrecadados, a maior priorização e equilíbrio dos investimentos é na cidade, assim tornando a mesma cada vez mais desenvolvida e organizada.
Obras	Averiguar e analisar sobre as obras executadas, as prestações de serviços e os contratos administrativos, se estão sendo	Diante das averiguações e análises das obras, a Legislação Vigente, visa seguir os contratos administrativos, com base nos

	cumpridos de acordo com a legalidade.	termos aditivos de contratos, nos quais podemos averiguar as obras como pavimentações de diversas ruas já concluídas e outras ainda por concluir, sempre dentro do prazo vigente.
Saúde	Fiscalizar e analisar a aplicação dos recursos na transferência fundo a fundo se estão de acordo com o plano (LOA).	Tendo em vista os recursos de Fundo a Fundo, a priorização é a saúde da população mesmo com as dificuldades em que os municípios vêm enfrentado nesses últimos tempos, procura-se aplicar de forma clara e objetiva, disponibilizando consultas oftalmológicas inseridas no Programa da Assistência Social Um Novo Olhar ofertada a toda população, como também os Programas inseridos no PSF- Programa Saúde na Família. No que se refere aos Programas odontológicos são confeccionadas de próteses dentárias, dentre outros, investindo sempre no que se faz necessário para o bem-estar da população.
Agricultura	Constatar e observar se os agricultores estão sendo atendidos em suas necessidades, diante dos programas inseridos na administração.	Baseados nos programas sociais inseridos na secretaria, e vendo as necessidades do homem do Campo, deu-se continuidade aos cadastros, por ordem cronológica, do corte de terra e da silagem. A Secretaria disponibiliza também o contrato de parceria rural conforme as necessidades e grau de demanda, satisfazendo assim a procura de cada trabalhador que se dirige até a secretaria.
Esporte, Turismo e Lazer	Buscar se está sendo desempenhados os programas de cunho esportivos como educacional, voltados à interação social.	Baseados nas ações desenvolvidas anualmente pela secretaria, foram realizadas a interações socioeducativa, tais como, como o Projeto: Esporte e Cidadania que atende crianças de 08 a 18 anos, com escolinhas de futsal e futebol e atividades recreativas, bem como o Projeto: Esporte e Seus Encantos que englobam toda a comunidade na parte esportiva em todas as modalidades, como também alguns

		eventos que estão incluídos no calendário municipal, baseados nas normas exigidas.
Assistência Social	Fiscalizar e analisar a aplicação dos recursos na transferência de fundo a fundo, de acordo com as especialidades, mediante base de plano de contas (LOA).	Com base na Legislação Vigente e nos recursos de Fundo a Fundo, procurou-se aplicar os mesmos dentro dos programas sociais inclusos na secretaria, com base nas normas exigidas, como por exemplo as ações do Programa: Um Novo Olhar, na aquisição de óculos de grau. Diante das Conferências Municipais de Assistência Social, busca trabalhar as ações baseadas pela mesma, visando sempre o melhor para a população.
Habitação	Fiscalizar e averiguar os investimentos quando lhe são liberados e ofertados.	Na fiscalização e averiguação, procurou atender as necessidades da população, no qual deu-se continuidade ao Programa: Aluguel Social ofertado a toda população de baixa renda.
Cultura	Buscar e Analisar se está sendo desempenhados os programas de cunho Cultural, voltados à interação social.	Com base no Programas do Calendário Cultural do município, busca-se realizar dentro do período que lhe é programado para que possa satisfazer toda a comunidade local, como também os turistas que vêm para prestigiar as culturas locais.

1.2. Irregularidades constatadas

Dos procedimentos de controle e auditorias realizadas por essa unidade de controle interno, foram detectadas falhas, irregularidades ou ilegalidades apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 02 - Irregularidade / ilegalidade detectada

Ponto de controle	Base legal	Irregularidade / ilegalidade detectada
Todos os setores	Art. 74 da Constituição Federal de 1988.	Analisando e Observando na administração, não foram encontradas irregularidades e ilegalidades.

1.3. Proposições

Em face das irregularidades e/ou ilegalidades detectadas, essa unidade de controle interno apresentou, para o gestor responsável, as proposições sintetizadas a seguir:

Em face das irregularidades e/ou ilegalidades detectadas, essa unidade de controle interno apresentou, para o gestor responsável, as proposições sintetizadas a seguir:

Tabela 03 - Proposições

Ponto de controle	Irregularidade / ilegalidade detectada	Proposições
Todos os setores	Art. 74 da Constituição Federal de 1988.	Com base na irregularidade e ilegalidade, procura Analisar e Observar os processos que lhe são de direito na administração, sugerindo propostas para uma boa Administração Pública.

1.4. Justificativas apresentadas pelo responsável do órgão ou entidade

Com base no sistema de Controle Geral do Município – CGM, os trabalhos foram realizados por meio de análises dos processos, porém não foram encontrados irregularidade por parte da administração pública, com tudo, foram sugeridas e repassadas algumas sugestões com base no aperfeiçoamento dos procedimentos de execução nos setores, como a verificação constante dos processos para a salva guarda do patrimônio.

2. Avaliação de resultados quanto à gestão orçamentária, financeira e patrimonial

2.1. Gestão orçamentária e financeira

Foi realizada avaliação quando à gestão orçamentária e financeira, com ênfase na avaliação dos instrumentos de planejamento.



Tabela 04 - Avaliação orçamentária e financeira

(J) Outras ações promovidas na busca do cumprimento da missão institucional e desempenho da gestão.

LEGENDA:

- (A) O nome dos programas e ações conforme a Lei Orçamentária Anual.
- (B) Dotação orçamentária original + suplementações – cancelamentos ocorridos no exercício financeiro.
- (C) Total da despesa liquidada por programa e ações.
- (D) Percentual alcançado (C/B).
- (E) Produto em relação à meta física estipulada.
- (F) Resultado físico previsto.
- (G) Resultado físico alcançado.
- (H) Esclarecimentos técnicos quanto aos resultados físicos e financeiros (obrigatoriamente quando do não atingimento das metas).
- (I) Indicador previsto para medição do programa.
- (J) Outras ações: descrever outras ações (indicando produtos, metas e resultados) que, embora não estejam previstas nos instrumentos orçamentários de planejamento, contribuam para o cumprimento da missão institucional e desempenho.

* Discriminar apenas os programas que têm meta prioritária.

(J) Outras ações promovidas na busca do cumprimento da missão institucional e desempenho da gestão.

LEGENDA:

- (A) O nome dos programas e ações conforme a Lei Orçamentária Anual.
- (B) Dotação orçamentária original + suplementações – cancelamentos ocorridos no exercício financeiro.
- (C) Total da despesa liquidada por programa e ações.
- (D) Percentual alcançado (C/B).
- (E) Produto em relação à meta física estipulada.
- (F) Resultado físico previsto.
- (G) Resultado físico alcançado.
- (H) Esclarecimentos técnicos quanto aos resultados físicos e financeiros (obrigatoriamente quando do não atingimento das metas).
- (I) Indicador previsto para medição do programa.
- (J) Outras ações: descrever outras ações (indicando produtos, metas e resultados) que, embora não estejam previstas nos instrumentos orçamentários de planejamento, contribuíram para o cumprimento da missão institucional e desempenho da gestão.

A análise apontou que houve baixa execução nas ações, demonstrando dificuldades quanto ao alcance das metas previstas na LOA. Por outro lado, as ações tiveram um percentual de execução elevado, contribuindo para a efetivação das políticas públicas planejadas.

2.2. Outras ações promovidas

Também foram avaliadas outras ações que tiveram por objetivo promover a missão institucional e o bom desempenho da gestão.

2.3. Gestão patrimonial

2.3.1. Bens móveis e imóveis

No encerramento do exercício, os bens móveis e imóveis do órgão/entidade não teve o levantamento feitos a totalidade em reais.

A análise realizada constatou que ainda não houve o registro dos bens, porém visivelmente bens existentes alguns encontram-se em estado perfeito de uso, com tudo sugerido a gestão para o Processo de Registro dos Bens. Mediante sob exame representam a regularidade com ressalvas.

2.3.2. Almoxarifado

Com base no almoxarifado até o momento não foi instalado, mas repassado e comunicado a informação mediante Resolução nº 011/2016 ao gestor da necessidade da implantação do mesmo. Quanto a existência dos registros contábeis da conta de almoxarifado e a existência física dos bens estão aguardando o levantamento geral. Acrescenta-se que os últimos materiais que foram adquiridos no inventário ainda não possuem registro analítico individualizado, com a indicação do valor; porém aguarda e os cuidados que administração vem realizando.

2.3.3. Frota de veículos e equipamentos

Para a manutenção da frota durante o exercício, foram realizadas despesas com aquisição de peças, alguns serviços e aquisição de combustível, conforme tabela abaixo:

Tabela 05 - Frota de veículos e manutenção

Com base da amostra constatou que há controle dos custos de manutenção de veículos e equipamentos de forma individualizada, porém existe Mecânico Efetivo para a execução dos serviços na frota dos mesmos, no entanto foram pagos alguns serviços que não abrange a sua capacidade técnica operacional.

2.4. Proposições

Em face das falhas/deficiências detectadas, essa unidade de controle interno apresentou, repassou dentro das normalidades para o gestor responsável, as proposições sintetizadas a seguir:

Não houve falhas/deficiências.

2.5. Justificativas apresentadas pelo responsável do órgão ou entidade

Constatou-se que com relação à gestão patrimonial e almoxarifado, foram repassados para a gestão a necessidade da implantação dos mesmos, haja vista da obrigação, exigências e da necessidade dos mesmos, visando assim uma administração mais controlada e eficaz.

3. Encaminhamentos ao TCE

Na forma do artigo 74, § 1º combinado com o artigo 75 da Constituição Federal, bem como em consonância com o disposto no artigo 149 da Lei Complementar nº 464/2012 (Orgânica do TCE/RN), em face das irregularidades e/ou ilegalidades identificadas, esta Unidade de Controle Interno não apresentou, para ciência do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

4. Conclusão

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Alberone Neri de Oliveira Lima, relativa ao exercício de 2024, com objetivo de:

I - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

II - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Em nossa opinião as peças que integram a prestação de contas sob exame representam a regularidade da prática de atos de gestão no exercício a que se refere, observando-se a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos.


4.1 Ressalvas:



Houve regularidade com ressalvas, mediante a sugestão da implantação da gestão patrimonial e almoxarifado, para a conclusão dos mesmos, haja a vista até o final do exercício 2024 não foi implantado.

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submete-se o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria e Parecer Conclusivo.

Encanto/RN, 23 de abril de 2025.



Maria Rosilene de Oliveira
CPF nº 009.715.564-07